

Sumário

<i>Trabalhos do Autor</i>	7
<i>Nota à 5ª edição</i>	15
<i>Nota à 4ª edição</i>	17
<i>Nota à 3ª edição</i>	19
<i>Nota à 2ª edição</i>	21
<i>Nota à edição brasileira</i>	23
<i>Abreviaturas</i>	25
<i>Apresentação</i>	41
<i>Prefácio</i>	43
 I. Introdução	 55
A. Delimitação do tema	55
B. Objetivo da investigação	57
C. Objeto e método do presente trabalho	65
D. Especificidades e plano da pesquisa	66
 II. Parte propedêutica	 71
A. Construção do Sistema Constitucional Tributário	71
1. Introdução	71
2. O Sistema Tributário na doutrina	72
a) Na doutrina brasileira	72
(1) Conteúdo	72
(2) Crítica	75
(a) Limitações como “restrições”	76
(b) A falta de combinação entre os princípios	78
(c) A falta de investigação de algumas normas	79
b) Na doutrina alemã	79
(1) Conteúdo	79
(2) Crítica	80
c) Conclusão	80
3. Fundamentos para uma sistematização material	81
a) Os critérios da sistematização material	81

(1) Da hierarquia à coerência	81
(a) Conceito de hierarquia	81
(b) Conceito de coerência	84
(2) Coerência substancial	87
(a) Fundamentação por suporte	87
(b) Fundamentação por justificação recíproca	90
b) O objeto da sistematização material	92
(1) Objeto imediato: normas	92
(a) Divisão quanto à espécie normativa	92
(i) Normas de 1ª grau	92
(a) Princípios	92
(i) Princípios em sentido estrito	92
(ii) Sobreprincípios	93
(b) Regras	94
(ii) Normas de 2ª grau	95
(a) Introdução	95
(b) Postulados hermenêuticos	97
(c) Postulados normativos aplicativos	98
(b) Divisão quanto à eficácia dos princípios	99
(i) Eficácia interna	99
(a) Conteúdo	99
(b) Eficácia interna direta	99
(i) Função eficaz integrativa	99
(c) Eficácia interna indireta	100
(i) Função eficaz definitória	100
(ii) Função eficaz interpretativa	100
(iii) Função eficaz bloqueadora	101
(iv) Função eficaz rearticuladora (so- breprincípios)	101
(ii) Eficácia externa.....	103
(a) Eficácia externa objetiva.....	103
(i) Função eficaz seletiva	103
(ii) Função eficaz valorativa	104
(iii) Função eficaz argumentativa	105
(b) Eficácia externa subjetiva	105
(i) Função eficaz de defesa	105
(ii) Função eficaz protetora	105
(c) Divisão quanto à eficácia das regras	106
(i) Eficácia interna	106
(a) Eficácia interna direta	106

(i) Função eficaz decisiva.....	106
(b) Eficácia interna indireta	106
(i) Função eficaz definitiva	106
(ii) Função eficaz de trincheira	106
(ii) Eficácia externa	109
(2) Objeto mediato: bens, interesses e fatos jurídicos	110
(a) Aspecto objetivo: bens jurídicos	110
(b) Aspecto subjetivo: interesses jurídicos	111
(c) O ponto de referência da sistematização material...	111
4. Estrutura do Sistema Jurídico	115
a) As duas dimensões essenciais da juridicidade (<i>Rechtsstaatlichkeit</i>)	115
b) Sistematização dos princípios formais	116
c) Sistematização dos princípios e bens materiais	117
d) A supraunidade da juridicidade	122
B. Conceito de limitação	125
1. Considerações gerais sobre o conceito de limitação	125
a) Paradoxos	125
b) Significado	126
(1) Extensão	126
(2) Sujeição	127
2. Limitações positivas ao poder de tributar	128
a) Normas como limitações à atividade estatal	128
b) Espécies de limitações	128
(1) Limitações implícitas e explícitas	128
(2) Limitações formais e materiais	129
(3) Limitações de primeiro e segundo grau	133
3. Limitações negativas do poder de tributar	134
a) As particularidades da Constituição Brasileira	134
b) O conceito de imunidade	135
C. Diretrizes constitucionais para a limitação ao poder de tributar	135
1. A eficácia da norma tributária	135
2. Os fundamentos constitucionais afetados	140
3. Diretrizes constitucionais e o Direito Tributário	142
a) O dever de clareza conceitual	142
b) Parâmetros da carga tributária (<i>Belastungsmaßstäbe</i>) ..	142
(1) Normas distributivas de encargo (<i>Lastenaustellungsnormen</i>) e o exame de igualdade	142

(2) Normas diretivas (<i>Lenkungsnormen</i>) e o exame de proporcionalidade	145
(a) Significação geral	145
(b) Aplicação no Direito Tributário	151
(c) Comparação com o exame de equivalência (<i>Entsprechungsprüfung</i>)	154
c) Limites da carga tributária (<i>Belastungsgrenzen</i>)	155
(1) Lesão de interesses pessoais: exame de razoabilidade (<i>Zumutbarkeitsprüfung</i>)	155
(2) Lesão de interesses privados: Dever de ponderação (<i>Abwägungsgebot</i>) e exame da proibição de excesso (<i>Übermaßverbotsprüfung</i>)	158
III. Parte sistemática	161
A. Limitações constitucionais ao poder de tributar na Constituição Brasileira	161
1. Características do Sistema Tributário Nacional	161
a) Abertura	161
b) Rigidez e exaustividade	163
(1) Rigidez do Sistema Tributário	163
(2) Discriminação de competências tributárias	164
(3) Conceituação de cada espécie tributária	165
2. Limitações de 1º grau	165
a) Limitações formais	165
(1) Limitações formais procedimentais	165
(a) O devido processo legal e a universalidade da jurisdição	165
(i) Fundamento constitucional	165
(ii) Dimensão normativa	167
(iii) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	169
(b) A regra de legalidade sob o influxo do princípio democrático	176
(i) Fundamento constitucional	176
(ii) Dimensão normativa	178
(iii) A legalidade e as medidas provisórias	179
(a) A regra de competência anterior	179
(b) A nova regra de competência	183
(iv) Lei específica	185

(v)	Leis complementares	186
(a)	Fundamento constitucional	186
(b)	Classificação	187
(c)	Funções	190
(i)	Edição de normas gerais em matéria tributária	190
(ii)	Instituição de tributos específicos	196
(iii)	Regulação das limitações ao poder de tributar	196
(iv)	Delimitação das regras de competência	196
(v)	Tratamento diferenciado e favorecido	197
(vi)	Critérios especiais de tributação	198
(2)	Limitações formais temporais	200
(a)	A regra da irretroatividade sob o influxo do princípio do Estado de Direito	200
(i)	Fundamento constitucional	200
(ii)	Dimensão normativa	200
(iii)	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	201
(iv)	Conteúdo	202
(v)	Hipóteses aplicativas	203
(vi)	Análise crítica	207
(b)	A regra da anterioridade sob o influxo do princípio da segurança jurídica	212
(i)	Fundamento constitucional	212
(ii)	Dimensão normativa	212
(iii)	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	213
(iv)	Conteúdo	215
(c)	A regra do prazo nonagesimal sob o influxo do princípio da segurança jurídica	216
(d)	A regra específica das contribuições sociais	217
b)	Limitações materiais	218
(1)	Limitações decorrentes de regras de competência .	218
(a)	Fundamento constitucional	218
(b)	Dimensão normativa	218
(c)	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ...	219

(d)	Conteúdo	225
(i)	Paradigma teórico atual	225
(a)	Conceitos e tipos na Ciência do Direito ..	231
(i)	Conceitos na Ciência do Direito	231
(ii)	Tipos na Ciência do Direito	237
(b)	Exposição crítica	240
(i)	A autonomia teórica do tipo	240
(ii)	A funcionalidade teórica do tipo	246
(c)	Resumo	259
(e)	Paradigma teórico proposto	261
(i)	Teoria da reserva constitucional material ...	261
(a)	Reserva material posta	261
(b)	Reserva material pressuposta	262
(ii)	Teoria jurídica da argumentação	267
(iii)	Resultado provisório	272
(f)	Delimitação negativa das competências: pano- rama das imunidades	272
(i)	Imunidades em geral	272
(a)	Fundamento constitucional	272
(b)	Dimensão normativa	273
(c)	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	274
(ii)	Imunidade recíproca	275
(a)	Fundamento constitucional	275
(b)	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	276
(c)	Pressupostos constitucionais da imuni- dade	279
(i)	Poder Público e suas instrumentali- dades	279
(ii)	Inexistência de capacidade contributiva .	281
(iii)	Serviços públicos	284
(iv)	Ausência de contraprestação	285
(iii)	Templos de qualquer culto	286
(a)	Fundamento constitucional	286
(i)	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	287
(b)	Pressupostos constitucionais da imuni- dade	288
(iv)	Instituições públicas	288

(a) Partidos políticos e instituições sindicais dos trabalhadores	288
(i) Fundamento constitucional	288
(ii) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	289
(b) Instituições de educação e assistência social	289
(i) Fundamento constitucional	289
(ii) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	293
(iii) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	308
(c) Livros e periódicos	309
(i) Fundamento constitucional	309
(ii) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	309
(g) Delimitação positiva da competência: regras de competência	316
(i) Indicação das atividades estatais (taxas e contribuições de melhoria)	316
(ii) Indicação de fatos econômicos (impostos) ..	318
(iii) Indicação de fatos em conjunto com finalidades (contribuições)	319
(a) As diretrizes hermenêuticas para a interpretação das contribuições	319
(b) A noção de limitação inerente à estrutura constitucional de competência	320
(c) Natureza jurídica das contribuições	322
(d) Espécies de contribuições	327
(e) Regime jurídico das contribuições	331
(i) Materialidade e finalidade	331
(ii) Destinação legal	334
(f) Problemas específicos	337
(i) Lei Complementar	337
(ii) Imunidade	337
(iii) Alíquotas e bases de cálculo diferenciadas.....	338
(iv) Indicação de casos extraordinários (empréstimos compulsórios)	340

(2) Limitações substanciais	341
(a) Limitações substanciais indiretas	341
(i) Princípios jurídicos: princípios fundamen- tais, princípios gerais e finalidades estatais ...	341
(a) Fundamento constitucional	341
(b) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	342
(i) Considerações gerais sobre a eficá- cia dos princípios jurídicos	342
(ii) A jurisprudência restritiva	348
(c) Análise crítica da jurisprudência	351
(d) A introdução legal de novas espécies de decisão na jurisdição constitucional	355
(i) A Lei n. 9.868/99	355
(ii) Análise crítica das novas espécies de decisão	357
(ii) O sobreprincípio do Estado de Direito	363
(a) Princípio da separação dos Poderes	363
(i) Fundamento constitucional	363
(ii) Dimensão normativa	364
(iii) A jurisprudência do Supremo Tribu- nal Federal	365
(b) Princípio da segurança jurídica	370
(i) Fundamento constitucional	370
(ii) Dimensão normativa	370
(iii) A jurisprudência do Supremo Tribu- nal Federal	371
(iv) Conteúdo	372
(c) Princípio da determinabilidade fática	375
(i) Fundamento constitucional	375
(ii) Dimensão normativa	376
(iii) A jurisprudência do Supremo Tribu- nal Federal	377
(iv) Conteúdo	378
(d) Princípios da moralidade, da proteção da confiança e da boa-fé	385
(i) Fundamento constitucional	385
(ii) Dimensão normativa	386

(iii) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	387
(b) Limitações substanciais diretas	393
(i) Sobreprincípio da dignidade humana e vida ..	393
(a) Fundamento constitucional	393
(b) Dimensão normativa	395
(c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	396
(ii) Princípios da propriedade e da liberdade de exercício de atividade econômica	396
(a) Fundamento constitucional	396
(b) Dimensão normativa	398
(c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	399
(d) Tratamento diferenciado em razão da atividade econômica	403
(iii) Direitos de personalidade	406
(a) Fundamento constitucional	406
(b) Dimensão normativa	407
(c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	408
(iv) Princípio da igualdade	409
(a) Fundamento constitucional	409
(b) Dimensão normativa	410
(c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	411
(i) Justificação em fins internos (finalidade fiscal)	411
(ii) Justificação em fins externos (finalidade extrafiscal)	413
(iii) A tese do legislador negativo	416
(iv) Análise crítica da jurisprudência	419
(d) Princípio da igualdade e princípio da capacidade contributiva	431
(e) Fundamentos do princípio da capacidade contributiva	434
(i) A expressão “sempre que possível” ..	435
(ii) Princípio da capacidade contributiva, impostos fixos e sistema complexo ..	437

(iii) Princípio da capacidade contributiva e manifestação concreta de capacidade ..	439
(iv) Princípio da capacidade contributiva, presunções e tratamento diferenciado	440
(f) Exame da capacidade contributiva e Sistema Tributário	441
(i) Imposto sobre a renda	441
(ii) Impostos reais	445
(iii) Impostos indiretos	452
(g) O princípio da igualdade e a proteção do casamento e da família	465
(i) Fundamento constitucional	465
(ii) Proibição de prejuízo ao casamento e à família	465
3. Limitações de 2ª grau	466
a) Postulado da proibição de excesso	466
(1) Fundamento constitucional	466
(2) Conteúdo	467
b) Postulado da concordância prática	471
(1) Fundamento constitucional	471
(2) Conteúdo	471
c) Postulado da proporcionalidade	472
(1) Fundamento constitucional	472
(2) Hipóteses aplicativas do postulado da proporcionalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	472
(a) Confusão do postulado da proporcionalidade com outros postulados	472
(b) Aplicação adequada do postulado da proporcionalidade	475
(c) Exames inerentes à proporcionalidade	477
(i) Adequação	477
(ii) Necessidade	483
(iii) Proporcionalidade em sentido estrito	486
d) Postulado da razoabilidade	487
(1) Generalidades	487
(2) Hipóteses aplicativas da razoabilidade na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	488
(a) Razoabilidade-equidade	488

(b)	Razoabilidade-congruência	492
(c)	Razoabilidade-equivalência	498
(d)	Razoabilidade-coerência	499
(3)	Reconstrução significativa da razoabilidade	500
(a)	Conteúdo e definição	500
(b)	Dissociação de outros deveres	500
e)	Postulado da eficiência	503
(1)	Fundamento constitucional	503
(2)	Conteúdo	505
(a)	Generalidades	505
(b)	Eficiência como dever de escolher meio menos custoso <i>ceteris paribus</i>	505
(c)	Eficiência como dever de promover o fim de modo satisfatório	507
f)	O postulado da juridicidade e a proibição da analogia ..	510
(1)	Conteúdo	510
(2)	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ...	511
(3)	A definição das lacunas	511
(4)	A constatação e o preenchimento de lacunas	512
(5)	Divisões de lacunas	513
(6)	A proibição da analogia no Direito Tributário	514

B. Limitações constitucionais ao poder de tributar na Lei Fundamental Alemã

1.	Características do sistema tributário	522
a)	Abertura	522
b)	Historicidade	525
2.	Limitações de 1º grau	526
a)	Limitações formais	526
(1)	Limitações formais procedimentais	526
(a)	O princípio da universalidade da jurisdição e a garantia de um procedimento vinculado às dire- trizes do Estado de Direito	526
(i)	Fundamento constitucional	526
(ii)	A jurisprudência do <i>Bundesverfassungsge- richt</i>	527
(b)	O princípio democrático e a regra de legalidade ..	529
(i)	Fundamento constitucional	529
(ii)	A jurisprudência do <i>Bundesverfassungs- gericht</i>	530

(2) Limitação formal temporal: a proibição de retro-atividade	531
(a) Fundamento constitucional	531
(b) A jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i>	531
b) Limitações materiais	534
(1) Limitações decorrentes das normas de competência	534
(a) Conexão entre normas de competência e direitos fundamentais	534
(b) O conceito constitucional de imposto	535
(2) Limitações substanciais	537
(a) Limitações substanciais indiretas	537
(i) Princípios jurídicos: princípios, finalidades estatais, “normas programáticas”	537
(ii) Fundamento constitucional	537
(a) Considerações gerais acerca da eficácia dos princípios	538
(i) Eficácia dos princípios jurídicos	538
(ii) Interdependência entre os princípios jurídicos	539
(b) A jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i>	541
(i) Considerações gerais	541
(ii) As particularidades das decisões na jurisdição constitucional	541
(iii) O sobreprincípio do Estado de Direito	544
(a) O princípio da separação dos Poderes	544
(i) Fundamento constitucional	544
(ii) A jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i>	545
(b) Vinculação ao Direito e princípio da legalidade	547
(i) Fundamento constitucional	547
(ii) A jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i>	547
(iii) Dever de determinação ou certeza ...	549
(c) O princípio da boa-fé	553
(i) Fundamento constitucional	553

(ii)	A jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i>	553
(iii)	O significado do princípio no Direito Tributário	554
(b)	Limitações substanciais diretas	561
(i)	O sobreprincípio da dignidade humana	561
(a)	Fundamento constitucional	561
(b)	A jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i>	561
(c)	A significação geral da proteção da dignidade humana	563
(d)	A significação da proteção da dignidade humana no Direito Tributário	567
(ii)	Direitos fundamentais de liberdade	569
(a)	Proteção da propriedade	569
(i)	Fundamento constitucional	569
(ii)	A jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i>	569
(iii)	Significação da proteção da propriedade no Direito Tributário	575
(b)	Direitos de personalidade	583
(i)	Liberdade de exercício de atividade ..	583
(c)	Liberdade de profissão (<i>Berufsfreiheit</i>) ...	585
(i)	Fundamento constitucional	585
(ii)	A jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i>	585
(iii)	Significado da liberdade de profissão no Direito Tributário	587
(iii)	Princípios da igualdade e da capacidade contributiva	591
(a)	Fundamento constitucional	591
(b)	A jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i>	592
(c)	O significado do princípio da igualdade ..	600
(i)	O princípio da igualdade como instrumento metódico	600
(ii)	O princípio da igualdade com conteúdo material: o princípio da capacidade contributiva	601

(d) Proibição de prejuízo para o casamento e para a família	607
3. Limitações de 2º grau	608
a) Postulado da proporcionalidade	608
(1) Fundamento constitucional	608
(2) A jurisprudência do <i>Bundesverfassungsgericht</i>	610
b) Postulado da razoabilidade	613
IV. Parte comparativa	615
A. Conclusão e sistematização das limitações sob uma perspectiva comparativa	615
1. Características dos sistemas tributários	615
2. Limitações de 1º grau	616
a) Limitações formais	616
(1) Limitações formais procedimentais	616
(2) Limitações formais temporais	618
b) Limitações materiais	619
(1) Limitações decorrentes de normas de competência ...	619
(2) Limitações substanciais	621
(a) Limitações substanciais indiretas	621
(b) Limitações substanciais diretas	624
3. Limitações de 2º grau	627
B. Análise crítica da doutrina e da jurisprudência brasileiras sob a perspectiva do direito comparado	632
1. Análise da jurisprudência	632
2. Análise crítica da função do Poder Judiciário e da doutrina ...	635
V. Teses	643
VI. Bibliografia	649
<i>Índice onomástico</i>	675
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	683